

Em referência ao artigo "[Poluição por plásticos – reciclar não basta e não resolve!](#)", escrito por Marcos Helano Montenegro, e publicado pelo Jornal GGN em 22/01/2024, a [Associação Brasileira da Indústria do Plástico \(ABIPLAST\)](#) gostaria de contribuir com alguns pontos apresentados pelo autor.

O mito da reciclagem do Plástico

Como o próprio autor mencionou, no Brasil, em 2022, 25,6% dos resíduos plásticos pós-consumo foram reciclados mecanicamente e 30,1% recuperados, ou seja, foram destinados de forma ambientalmente correta, conforme a última pesquisa da MaxiQuim que apresenta o [Índice de Reciclagem Mecânica de Plásticos Pós-consumo no Brasil](#).

A reciclagem do plástico enfrenta desafios como a correta e eficiente gestão de resíduos sólidos, a implementação da logística reversa, a conscientização dos consumidores, além de incentivos tributários. Porém, os índices de reciclagem do material estão avançando, alcançando em 2022 o seu maior patamar desde 2018.

É importante ressaltar, também, que a comercialização dos resíduos plásticos é a maior fonte de retorno financeiro para as cooperativas de reciclagem atualmente, ou seja, a reciclagem do material não deve ser considerada como um mito.

Ciclo de vida do plástico e emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa)

Considerando as emissões brasileiras de GEE, segundo dados do SEEG (2023), os líderes de emissões são: Mudança de Uso da Terra e Floresta (48%), Agropecuária (27%), Energia (18%), Resíduos (4%) e Processos Industriais e Uso de Produtos (3%). Abordando os setores de energia e de processos industriais e uso de produtos, o transporte é, de longe, a principal atividade emissora.

Em relação ao plástico, segundo a pesquisa da *Mckinsey & Company* (2022), "*Climate Impact of Plastics*", os plásticos analisados no estudo oferecem **menor contribuição total de emissões de GEE em comparação com as suas alternativas** (metal, vidro etc.) em 13 de 14 casos (tanto em relação ao ciclo de vida do produto quanto ao impacto da sua utilização). O estudo considerou a utilização dos materiais para os principais setores como embalagens, construção, automotivo, têxtil e bens de consumo duráveis.

Já o estudo *Life cycle assessment of supermarket carrier bags: a review of the bags available in 2006* da Environment Agency, que considera a Avaliação do Ciclo de Vida de sacos plásticos e de outros materiais alternativos, aponta que o saco em PEAD convencional teve o **menor impacto ambiental em oito das nove categorias de impacto investigadas**. O estudo levou em consideração a produção e utilização de sacos em papel, em algodão, e em outras composições poliméricas.

No caso das embalagens para alimentos e bebidas produzidas em **papel**, em 74% das amostras testadas **os plásticos eram mais recicláveis do que as alternativas compostas de papel**, conforme o relatório "Embalagens alimentares descartáveis à base de papel: a falsa solução para a crise das embalagens", encomendado pela

Rethink Plastic Alliance, Zero Waste Europe, the European Environmental Bureau, Fern, and the Environmental Paper Network.

Além disso, cerca de 90% da produção de pasta de papel é feita a partir de madeira, e a produção de papel é responsável por cerca de 35% de todas as árvores abatidas todos os anos - 3 bilhões de árvores são abatidas a nível mundial para a produção de embalagens de papel. A indústria da celulose e do papel é a terceira maior consumidora de água do mundo - a produção de apenas uma folha de papel A4 requer cerca de 10 litros de água.

Os exemplos acima enfatizam a necessidade de análise sistêmica para avaliar impactos relativos a processos e produtos. A ABIPLAST considera fundamental a abordagem utilizando o método de ACV (Avaliação do Ciclo de Vida) para comparação de qualquer impacto e material substituto, abrangendo desde a extração de recursos, até a reintrodução no ciclo produtivo ou descarte.

A definição de critérios para alternativas mais sustentáveis, ou que poderiam ser substituídas, deve ocorrer a partir de estudos científicos específicos, considerando toda a cadeia de produção, consumo e descarte do produto. Nesse sentido a ACV, atualmente, consiste em importante ferramenta que busca quantificar os impactos ambientais de um produto ou serviço, considerando todo o seu ciclo de vida. A ACV é uma metodologia padronizada pelas normas ISO 14040 e 14044 da Organização Internacional de Padronização (ISO).

Indicadores numéricos descontextualizados podem induzir a uma percepção equivocada de que os materiais plásticos são prejudiciais. Em toda produção é inevitável a ocorrência de impactos, tornando crucial a busca por estratégias que minimizem tanto os impactos quanto as externalidades negativas associadas. Nesse contexto, é necessário considerar uma fundamentação científica baseada em metodologias definidas, tal como a ACV. A ausência de um referencial comparativo não é adequada para avaliar o potencial impacto do plástico, considerando que, em diversas situações, esse material apresenta desempenho superior quando comparado a alternativas.

PL 2524 e Economia Circular

A ABIPLAST considera que o PL nº 2524/2022 confunde economia circular com banimento de produtos plásticos, direcionando o objeto da lei apenas a um único material. A economia circular implica em uma mudança sistêmica, portanto exige uma abordagem macro, envolvendo todos os setores da indústria.

Enquanto isso, outro PL, o **1874/2022**, traz disposições importantes, como a gestão estratégica dos recursos, a promoção de novos modelos de negócio, os investimentos em atividades de pesquisa e inovação e o apoio à transição para o uso de tecnologias de baixo carbono por meio da criação de condições atrativas para investimento público e privado, entre outros aspectos.

É nessa diferença, portanto, que é preciso atenção. Intenções restritivas e de banimento, o olhar direcionado para apenas um material ou produto, não condizem com o conceito e a lógica da economia circular. Há valor em políticas públicas que contemplem, então, essa visão integrada do modelo circular da economia, permitindo um arcabouço orientativo e de mobilização, fornecendo instrumentos sistêmicos para uma mudança real.

A economia circular vem ganhando espaço no mundo, razão pela qual é importantíssimo dotá-la de um arcabouço jurídico-institucional no Brasil, que por sua vez, possui o segundo maior potencial de bioeconomia do mundo e o modelo circular pode trazer grandes perspectivas para a nossa indústria.

Discussões sobre o Tratado de Combate à Poluição por Plásticos

A indústria do plástico compreende a importância e apoia a criação de um instrumento internacional juridicamente vinculativo de combate à poluição plástica e defende medidas globais para lidar com os resíduos plásticos, que reconheça as particularidades regionais. Também enfatiza a necessidade de relatórios de progresso, parcerias público-privadas e a garantia de segurança jurídica. Além disso, destaca a importância dos princípios da economia circular, a promoção de infraestrutura adequada, com a necessidade de inclusão social e investimento em educação, tecnologia e inovação, proporcionando a competitividade do setor.

Para acelerar a valorização dos resíduos plásticos, são necessárias ações coordenadas, bem como incentivos fiscais e regulamentares para aumentar o seu valor econômico, incentivos de mercado e regulamentação para aumentar a utilização de plásticos reciclados pós-consumo (PCR), e certificação destes materiais para assegurar a normalização dos critérios de saúde, segurança, higiene, qualidade e desempenho.

A indústria do plástico possui consciência das externalidades negativas associadas à má gestão dos resíduos plásticos e, reconhecendo este desafio, a indústria assume a sua responsabilidade, colaborando com as diferentes partes interessadas na cadeia de valor.

São incontáveis os benefícios promovidos pela utilização do plástico para o desenvolvimento da sociedade e para a promoção da saúde humana. Desde próteses até seringas descartáveis, stents e bolsas de sangue e soro, o plástico desempenha função crucial em avanços médicos. Além disso, para a conservação e transporte dos alimentos, as embalagens plásticas são fundamentais, prolongando a durabilidade e garantindo a segurança alimentar da sociedade. Atualmente, não existe nenhum material que possa igualar a qualidade, eficiência e segurança proporcionadas pelo plástico.

É necessário destacar que a fabricação de embalagens alimentícias, tanto para acondicionar alimentos, quanto bebidas, possuem regulações e normas específicas publicadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), as quais devem ser seguidas pelas empresas

do setor. Assim, todos os materiais plásticos destinados ao contato com alimentos devem ser aprovados para as condições de uso específicas. A aprovação de embalagens para contato com alimentos requer que a composição do material atenda a uma lista de substâncias permitidas. Essa lista exclui qualquer substância que possa ser considerada cancerígena ou causar problemas de saúde ao consumidor.

Portanto, a ABIPLAST acredita no debate sério e preciso, com informações científicas, para que se possa promover um diálogo propositivo sobre a produção, a utilização e a reintrodução do plástico na cadeia produtiva, sem deixar de considerar todos os benefícios que o material oferece para a sociedade.

A Associação considera fundamental o combate à poluição por plásticos, assim como por qualquer outro material e reconhece a necessidade de a indústria continuar a aprimorar a sustentabilidade em seus processos e produtos, incluindo o cumprimento das metas de redução de GEEs, considerando a economia circular na cadeia de valor e alcançando melhorias em reciclagem, reduzindo os possíveis impactos negativos.

Sobre a ABIPLAST

A Associação Brasileira da Indústria do Plástico (ABIPLAST) representa o setor de transformados plásticos e reciclagem desde 1967, atuando para aumentar a competitividade da indústria. Para isso, realiza ações que promovem novas tecnologias, novos processos, pesquisa de produtos com foco na sustentabilidade, entre outras. Há anos, a concreta implementação da economia circular na cadeia produtiva está no topo das prioridades da ABIPLAST. A entidade, referência no tema, desenvolve juntamente com seus associados ações que preparem os setores para a atual realidade que se delineia, avançando em direção a resultados efetivos. A ABIPLAST representa atualmente cerca de 12,6 mil empresas que empregam cerca de 360 mil pessoas.